



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

2ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

10 de maio de 2004

BRASÍLIA-DF
2004



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -
SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL (CNPIR)

ABERTURA - Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, na cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se, em caráter ordinário, os seguintes membros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial: **Everaldo Duarte** – representante titular do Instituto de Tradição e Cultura Afro-brasileira; **Scrawen Sompre** – representante dos povos indígenas e do *Warã* – Instituto Indígena Brasileiro; **Professor Kabengele Munanga** – USP – notório saber; **Cláudio Domingos** – Associação de Preservação da Cultura Cigana; **Eunice** – Ministério do Trabalho e Emprego – coordena o programa de gênero, raça, pobreza e emprego; **Lúcia Xavier** – Articulação de Organizações das Mulheres Negras do Rio de Janeiro e sua suplente **Elaine Soares** do Rio Grande do Sul; **Jorge Eduardo Durão** – Associação Brasileira de ONGs; **Benedito Cintra** – Subsecretário de Ações Afirmativas; **João Bosco de Oliveira Borba** – representante da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (ANCEABRA); **Oliveira Silveira** – notório saber; **Lídia Nunes Cunha** – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); **Jack** – representante da Confederação Israelita do Brasil (CONIB); **Neide Aparecida** – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR); **Antônio Pinto** – Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Igualdade Racial; **Ronald Pinto** – representante do MEC; **Leci Brandão** – notório saber; **Artur Horta** – assessor do Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional – representando o titular Ministro **Ciro Gomes** e o suplente **Pedro Brito** que cumpriam agenda; **Rodrigo Rollemberg** – Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia; **Paulo Mari** – Conselho Nacional de Quilombos (CONAQ), substituindo a titular **Rosalina** impossibilitada de comparecer; **Mônica Libório** – Ministério do Planejamento; **Ivair Santos** – Secretaria Especial de Direitos Humanos; **João Carlos** – Agente da Pastoral Negros; **Eduardo de Oliveira** – Presidente do Congresso Nacional Afro-brasileiros, e seu suplente **Ernesto Luiz Pereira Filho**; **Rosa Anacleto** e **Deise Benedito** – representantes do Fórum Nacional de Mulheres Negras de São Paulo; **Creusa Maria Oliveira** – representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e sua suplente **Ana Simão**; **Zeca Esteves** – Subsecretaria de

32 Relações Institucionais da SEPPIR; **Jorge Carneiro** – Diretor de Programa da Subsecretaria de
33 Relações Institucionais da SEPPIR; **Marcos Cardoso** – Subsecretaria de Relações Institucionais da
34 SEPPIR; **Herô** – Subsecretaria de Relações Institucionais da SEPPIR. **Ministra Matilde Ribeiro**
35 esclareceu, em seu discurso de abertura, que a reunião anterior havia sido bastante rápida em
36 virtude de servir para a apresentação da sociedade civil e dos organismos do Governo Federal
37 presentes no Conselho e para a divulgação da agenda de trabalho para o ano de 2004. Comentou
38 que, naquela reunião, seriam definidos o calendário e as principais ações conjuntas a serem
39 adotadas. Ressaltou que este Conselho teria uma representação bastante múltipla, contando com
40 representantes de entidades do Movimento Negro, dos Povos Indígenas, dos Palestinos, dos
41 Judeus, dos Ciganos assim como representantes do campo empresarial e do campo das
42 comunicações. Disse que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial,
43 SEPPIR, deveria atuar com essa agenda múltipla mas, devido ao histórico de estruturação da
44 Secretaria durante o ano de 2003, as políticas foram voltadas à população negra, pois fora o
45 Movimento Negro Brasileiro e o Movimento Anti-racista Brasileiro que construíram, junto ao
46 Governo Federal. Porém, atualmente, a definição do eixo da Secretaria passara a ser a promoção
47 da igualdade racial o que implicaria uma visão ampla do cenário brasileiro e da relação com os
48 grupos discriminados racialmente. Expôs que na Lei que criou a Secretaria Especial de Políticas de
49 Promoção da Igualdade Racial existia um artigo explicitando que esta deveria levar adiante políticas
50 de promoção da igualdade racial, voltando-se para os grupos racialmente discriminados no Brasil,
51 mas com ênfase na população negra. Enfatizou que sua pretensão no Conselho seria criar laços e
52 vínculos para a realização de uma política voltada aos grupos racialmente discriminados. Encerrou
53 chamando para compor a Mesa o Sr. **João Carlos Nogueira**, Subsecretário de Relações
54 Institucionais que coordenara toda a estruturação do Conselho e **Douglas Martins** para ocupar o
55 posto de Secretário Executivo, alertando que, em caso de ausência, seria substituída pela
56 Secretária-adjunta Maria Inês. Sr. **João Carlos Nogueira** orientou os conselheiros presentes que a
57 Segunda Reunião do Conselho seria norteadas por três grandes eixos: a apresentação e a discussão
58 das políticas de igualdade racial no cenário governamental, o debate do Regimento Interno do
59 Conselho e a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Tendo sido aprovada a pauta
60 pelos conselheiros presentes, a **Ministra Matilde Ribeiro** iniciou a discussão do primeiro tema
61 apresentando o material "A promoção nacional da igualdade racial". Declarou que o Decreto, que
62 legitima este documento com política, fora assinado pelo presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, no
63 dia 20 de novembro, instituindo-o como produto do Governo Federal e não da Secretaria. Ressaltou
64 que a missão da Secretaria criada pela Lei nº 10.678 seria promover a igualdade e a proteção dos
65 direitos de indivíduos e grupos raciais étnicos afetados pela discriminação e demais formas de
66 intolerância com ênfase na população negra; acompanhar e coordenar as políticas de diferentes
67 ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial, bem como

68 formular novas políticas envolvendo outros órgãos governamentais; articular, promover e
69 acompanhar a execução de diversos programas de cooperação. Comentou que em março a
70 Secretaria esteve em Genebra convidada pelo Comitê de Monitoramento da Convenção
71 Internacional Contra Todas as Formas de Discriminação Racial, tendo o Governo Brasileiro
72 apresentado o relatório com suas ações nos últimos dez anos e tendo sido sabatinado por 19
73 peritos para verificação e comprovação de que o Brasil estaria realmente cumprindo suas
74 declarações de acordos internacionais. Considerou que a política de promoção da igualdade racial
75 visa à redução das desigualdades com ênfase na população negra, porém seus objetivos específicos
76 seriam a defesa dos direitos no sentido de afirmação do caráter pluriétnico da sociedade brasileira,
77 enfatizando o direito às terras para os remanescentes de quilombos, as ações necessárias para a
78 criminalização do racismo, as ações afirmativas com o intuito de garantir políticas, programas e
79 projetos, mas considerando-se uma articulação efetiva entre a temática de raça e a temática dos
80 direitos da mulher. Esclareceu que os princípios desta política seriam a transversalidade e a
81 expectativa de avanço nas políticas na esfera do governo, a descentralização e a gestão
82 democrática. Colocou que, no dia 27 de maio, seria lançado o Fórum Intergovernamental de
83 Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, como exercício de trabalho e de estratégia conjuntos
84 entre o Governo Federal, os governos estaduais, municipais e os conselhos consultivos. Comentou
85 que as diretrizes da política seriam cinco: o fortalecimento institucional, a incorporação da questão
86 racial no âmbito da ação governamental, a consolidação de formas democráticas de gestão das
87 políticas de promoção de igualdade racial, a melhoria da qualidade de vida da população negra e a
88 inserção da questão racial na agenda internacional do governo brasileiro. Apresentou os seis
89 programas de ação da Secretaria: 1 - implementação do modelo de gestão da política de promoção
90 da igualdade racial em todo o Governo Brasileiro; 2 - apoio às comunidades remanescentes de
91 quilombos; 3 - ações afirmativas na área de educação, trabalho, saúde e outras áreas afins da
92 política pública; 4 - desenvolvimento e inclusão social; 5 - relações internacionais e 6 - produção de
93 conhecimento. Destacou as prioridades de 2004 que seriam: o Seminário de Saúde da População
94 Negra, em julho, na área da saúde; a implementação da política de cotas para negros nas
95 universidades públicas e privadas e a implementação da Lei 10.639, na educação; o lançamento do
96 Programa Brasil Quilombola, comentou a respeito do último programa que haveria uma articulação
97 com o Programa Fome Zero para atender às necessidades básicas das comunidades quilombolas e
98 indígenas. Encerrou falando a respeito das prioridades gerais do Governo Lula e da
99 responsabilidade do Conselho quanto ao diálogo com estas políticas de forma a entender e atender
100 a realidade vivida pela população. **João Carlos Nogueira** abriu a Mesa para o debate em torno da
101 temática da promoção da igualdade racial e do discurso proferido pela Ministra Matilde Ribeiro.
102 **Conselheira Neide Aparecida** perguntou se diante da política apresentada existiria uma
103 mensuração prévia de possíveis resultados. Demonstrou que sua outra preocupação seria a

104 exposição centrada nos negros se e pediu esclarecimento de como ficaria a política de promoção da
105 igualdade racial para os outros componentes dos grupos judeu, cigano, e indígenas. **Conselheiro**
106 **Jorge Durão** indagou sobre a concepção do programa de desenvolvimento e inclusão social.
107 **Conselheiro João Bosco de Oliveira Borba** ressaltou a questão do desenvolvimento econômico
108 da comunidade negra. Destacou três pontos no âmbito da economia: o empoderamento da
109 comunidade negra, as políticas de emprego e renda e uma política de microcrédito para afro-
110 brasileiros, considerando-se que o crédito seria uma forma de ação afirmativa e também de
111 reparação para os danos históricos causados à população negra. **Conselheiro Rodrigo**
112 **Rolleberg** apresentou as duas atividades básicas da Secretaria de Ciência e Tecnologia para
113 Inclusão Social realizadas pelo Departamento de Popularização da Ciência e pelo Departamento de
114 Difusão de Tecnologia que teriam como prioridade de ação: a criação de centros vocacionais
115 tecnológicos e a capacitação profissional voltada para a vocação e a cadeia produtiva de cada
116 região. **Ministra Matilde Ribeiro** iniciou respondendo à Conselheira Neide que não havia
117 constatação de resultados que provocassem grande alteração na qualidade de vida da população
118 negra. Considerou a importância do trabalho do governo no avanço da inclusão social e na busca
119 de diálogo dentro da perspectiva da transversalidade e citou como exemplo os programas Fome
120 Zero e Bolsa Família. Comentou a respeito dos grupos de trabalho existentes dentro das câmaras
121 temáticas (Câmara de Políticas Sociais, Econômica e de Infra-estrutura) do Governo Federal que
122 seriam espaços de trabalho conjunto demandados pela Presidência da República, especificamente,
123 na Câmara de Políticas Sociais, em que haveria um Grupo de Trabalho de promoção da Igualdade
124 Racial que agregaria cerca de quinze Ministérios. Incitou a que os representantes dos outros grupos
125 discriminados, além dos negros, presentes no Conselho a procurassem para audiências particulares
126 a fim de promoverem uma agenda mais positiva nesta área. Em resposta a Jorge Durão propôs o
127 desenvolvimento de câmaras temáticas dentro do Conselho para que as questões econômicas
128 fossem aprofundadas. **João Carlos Nogueira** agradeceu a participação da Ministra e abriu novas
129 inscrições. **Conselheiro Cláudio Domingos** enfocou a necessidade de tornar conhecida a história
130 dos ciganos no Brasil já que o desconhecimento a seu respeito seria o grande empecilho para a
131 criação de políticas públicas adequadas. **Conselheiro Paulo Mari** levantou dois pontos a respeito
132 da criação do Decreto 4.887 que seriam: a terra e as ameaças de morte que as lideranças
133 quilombolas têm sofrido e a previdência, enfocando o problema das aposentadorias rurais.
134 **Conselheiro Scrawen Sompre** alertou a respeito da atitude discriminatória que a mídia vem
135 tomando com respeito às questões indígenas e pediu que fossem promovidas políticas adequadas
136 para que se reverta o processo. **Conselheira Creusa de Oliveira** colocou que gostaria de
137 discutir a reforma trabalhista, propondo uma modificação em uma parte da Constituição Federal
138 que exclui o trabalhador doméstico de direitos. Considerou a exclusão das trabalhadoras
139 domésticas dos benefícios da previdência social e encerrou falando sobre o trabalho infantil que

140 agrega cerca de meio milhão de trabalhadores domésticos entre 5 e 17 anos no país. **Conselheiro**
141 **Eduardo de Oliveira** cumprimentou a Ministra pela explanação sobre o funcionamento do
142 pensamento interno da Secretaria. Relatou um pouco de sua trajetória na luta contra o racismo e
143 expressou o desejo de que o manifesto escrito por ele com a ajuda de Neide pudesse ser
144 enriquecido e levado à sociedade como demonstração do pensamento do conjunto de
145 personalidades da comunidade negra que comporiam o Conselho. **Conselheira Lúcia Xavier**
146 saudou a Ministra e manifestou seu apoio ressaltando que uma política de promoção da igualdade
147 racial que não combater o racismo e as desigualdades não teria sucesso. Lembrou as deliberações
148 de DURBAN como pacto importante entre Estados e também como eixos fundamentais para serem
149 realizados. Propôs que estas deliberações se tornassem marcos de trabalho no Conselho pois este
150 teria a tarefa de atuar na luta anti-racista e também o objetivo de construir políticas públicas.
151 **Conselheiro João Carlos** chamou a atenção para a importância da educação como eixo do
152 trabalho no Conselho. Colocou que os livros didáticos estão sendo atualizados nas escolas a
153 respeito da história africana e que o Conselho desconhece o conteúdo e comentou que seria
154 inviável pensar em inserção no mercado de trabalho sem investir efetivamente na formação e
155 preparação da população negra como prioridade fundamental. **Ministra Matilde Ribeiro**
156 manifestou que por iniciativa do Ministério do Trabalho e da SEPPIR seria lançado, às 10h30min do
157 dia seguinte, por ela juntamente com o Ministro Ricardo Berzoini, o relatório da OIT sobre as
158 condições de vida das trabalhadoras domésticas. Ressaltou que seria um momento importante para
159 o Conselho debater em pauta as questões levantadas pela Conselheira Creusa. No que diz respeito
160 às questões levantadas pela Conselheira Lúcia, sugeriu a existência de uma câmara técnica no
161 Conselho para que houvesse uma formulação conjunta do Conselho e uma ação pública em relação
162 ao tema. Quanto às deliberações de Durban, referiu-se à importância de avançar na divulgação dos
163 compromissos assinados pelo Governo Brasileiro, comentou sobre a possibilidade de o Brasil sediar
164 a Conferência Latino-Americana Santiago + 5, em 2005, o que criaria um momento de
165 potencialização da agenda Durban em âmbito nacional. Quanto aos crimes de racismo, como o
166 caso do dentista Flávio, citado pelo Conselheiro Eduardo de Oliveira, a Ministra disse que, no que
167 diz respeito às denúncias e queixas, que estas competem ao Governo Federal e o diálogo para a
168 provocação de ações na busca da solução seria através de uma agenda conjunta. Ressaltou que o
169 trabalho do Conselho seria conflitivo e que seria necessário estabelecer os papéis do governo e da
170 sociedade civil para que se minimizassem os conflitos e para que se pudesse construir uma agenda
171 de trabalho conjunto. Encerrou convidando a Conselheira Eunice para fazer parte da Mesa e
172 apresentar informações detalhadas sobre a reunião com a OIT. **Conselheira Eunice** informou que
173 o Ministro Ricardo Berzoini e a Ministra Matilde Ribeiro, juntamente com a representação da OIT,
174 estariam lançando um estudo sobre as condições de vida das trabalhadoras domésticas realizado
175 por um programa da OIT chamado "Projeto de Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil

176 Doméstico na América do Sul”, coordenado pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e com
177 trabalho de campo e pesquisa coordenados pela Conselheira Creusa de Oliveira. **Conselheira**
178 **Lídia Nunes Cunha** saudou a todos e informou que no período de 6 a 10 de setembro realizar-se-
179 ia o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros da Universidade Federal do Maranhão, o
180 tema do Congresso seria “Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas para Afro-descendentes”.
181 Também divulgou que o Movimento Negro, juntamente com demais colegas, organizou um
182 manifesto ao CONED para reclamar da ausência de temáticas nas discussões do V Congresso de
183 Educação realizado em Recife na Universidade Federal de Pernambuco, e encerrou ao expressar
184 sua preocupação com a proposta de elaborar estratégias para viabilizar junto aos conselhos
185 universitários a implantação efetiva da política de cotas. **Conselheira Rosa Anacleto** saudou a
186 todos e com especial admiração a Ministra por ser representante da comunidade negra e por ser
187 mulher e informou que a Plenária Nacional de Mulheres Negras aconteceria nos dias 28, 29 e 30 de
188 maio no Hotel São Rafael. **Conselheiro Cláudio** remeteu-se à sua participação na mobilização
189 para aquisição de vagas na política de cotas na Universidade Federal do Paraná e enfatizou a
190 proposta que o Ministério da Cultura, na pessoa do Sr Orlando Senna, ofereceu à Associação para a
191 criação de um vídeo da história, da vida, da cultura e do povo cigano. Agradeceu mais uma vez a
192 oportunidade dos ciganos estarem representados no Conselho e pediu o apoio e a colaboração de
193 todos para a divulgação da história do povo cigano. **Conselheiro Oliveira Silveira** esclareceu que
194 no Decreto, no Item I, do Artigo 2º havia o emprego da palavra descendente o que criava
195 incompatibilidade com a Constituição Federal em que constaria a palavra ‘afro-brasileiros’. Em seu
196 argumento, a última evitaria o problema com a inscrição de pessoas não negras já que as palavras
197 ‘afro-descendente’ ou ‘descendente’ consagraria a muitos como negros o que seria legítimo, porém
198 desviaria a principal preocupação das políticas de cotas. **Conselheiro João Bosco** agradeceu a
199 oportunidade de sua segunda inscrição e divulgou o projeto de turismo étnico nomeado “Roteiro
200 das raízes afro-brasileiras” que pretendia implementar de 4 a 5.000 empregos diretos no mercado
201 só na primeira etapa. Expressou a proposta de parceria oficial com a secretaria. **Conselheiro Jack**
202 alertou a respeito da importância da fiscalização na vigilância contra a desigualdade, a
203 discriminação em todas as áreas, na imprensa, no campo, no trabalho. Terminou dizendo que
204 assim se abririam as portas para negros, judeus, ciganos e todos que sofreriam discriminação.
205 **Conselheiro Valcler** falou a respeito de ações promovidas pelo Ministério da Saúde. A primeira
206 seria o Piso de Atenção Básica que trata dos recursos repassados para municípios pelo ministério,
207 calculados com base na população, a alteração diria respeito aos municípios com a presença de
208 população de quilombos que receberiam uma espécie de reforço de recursos. A segunda seria
209 quanto à FUNASA que estaria trabalhando no planejamento da saúde das atividades dos distritos
210 especiais indígenas e a terceira, e última, o Seminário sobre Saúde da População Negra no Plano
211 Nacional de Saúde a Ações Afirmativas organizado pelo Ministério da Saúde e que teria o nome

212 fantasia de I Seminário sobre a Saúde da População Negra que aconteceria de 16 a 18 de junho e
213 orientou sobre o material disponibilizado para os conselheiros. **O representante do Ministério**
214 **do Esporte** convidou todos para a Conferência a realizar-se de 17 a 20 de junho. **João Carlos**
215 **Nogueira** encerrou a sessão da manhã e avisou que, no período da tarde, o assunto debatido
216 seria Regimento Interno do Conselho. À tarde, os trabalhos foram retomados por **João Carlos**
217 **Nogueira** que lembrou aos conselheiros a importância do regimento como norteador de todas as
218 ações, compromissos e estratégias de funcionamento e de coordenação do Conselho. **Douglas**
219 **Martins**, assessor especial do gabinete da Ministra, apresentou a estrutura organizacional da
220 Secretaria que se dividiria em três subsecretarias: relações institucionais, planejamento e ações
221 afirmativas, assim como, o conselho que seria o órgão colegiado da estrutura da Secretaria.
222 Observou que por ser um órgão coletivo o Conselho se manifesta através de resoluções. Procedeu
223 à leitura do Regimento Interno do Conselho somente nos pontos em que foram estabelecidas
224 alterações, sendo estas as seguintes: Artigo 7º, Parágrafo Único, seria substituído por outro que
225 determina a substituição do presidente pelo secretário-adjunto, conforme a Lei criadora da SEPPIR;
226 no Artigo 9º constaria a expressão 'a juízo da presidente do Conselho' em que se evidenciaria um
227 problema já que o órgão seria colegiado, quem deliberaria seria a maioria, portanto na nova
228 redação ficaria 'a juízo do órgão colegiado'; no Artigo 10º deveria constar 'todas as sessões são
229 públicas e se houver necessidade do contrário deve ser justificada e fundamentada pelo conselho,
230 porém a justificativa deve considerar o interesse público'; no Artigo 17º deveria constar a
231 expressão 'função relevante de interesse público'. **João Carlos Nogueira** procedeu à abertura do
232 debate em que os conselheiros discutiram a respeito das inviabilidades jurídicas constantes do
233 Regimento Interno do Conselho ao final do qual concordaram os conselheiros como a seguinte
234 alteração proposta por Duarte: os Artigos 1º e 2º seriam substituídos por uma remissão legal, em
235 seguida, viria a composição do funcionamento. **Douglas Martins** que representa a Secretaria
236 abriu novas inscrições e deu-se seguimento à nova etapa do debate, sendo lido e discutido cada
237 parágrafo do Regimento. Fez nova proposta de alteração que foi aceita pelos demais conselheiros,
238 ficando a redação do Artigo 3º, Parágrafo 1º assim: 'os membros dos órgãos de que trata o Inciso
239 1 serão substituídos em suas ausências pelos suplentes'. Continuou-se o debate a respeito das
240 divergências entre o Decreto que instituíra a Secretaria, o Conselho e o Regimento Interno. Após
241 longa discussão, o **Conselheiro Jorge Durão** propôs para o Artigo 8º, um Parágrafo Único com a
242 seguinte redação: 'as deliberações do Conselho serão adotadas pela maioria simples dos votos dos
243 presentes, com exceção das deliberações relativas à proposta de alteração deste Regimento, que
244 exigirão voto da maioria absoluta dos membros do Conselho', o tendo sido aceita por todos os
245 conselheiros. **Conselheiro Duarte** verificou um erro no Artigo 13º e pediu que se corrigisse a
246 numeração dos incisos, passando a ser o primeiro o inciso de número 4 e assim sucessivamente.
247 **Conselheira Neide** sugeriu que no Artigo 14º, Inciso 9 fosse acrescentada a periodicidade mensal

248 para manter os membros do Conselho informados a respeito dos encaminhamentos e ações da
249 Secretaria. **Conselheiro Kabengele Munanga** propôs que no Artigo 15º, Inciso1 fosse
250 acrescentada a sugestão dos assuntos da pauta, ficando a nova redação da seguinte forma:
251 'sugerir e aprovar assuntos das pautas das reuniões'. **Conselheira Lídia Cunha** pediu que no
252 Artigo 15º, Inciso 5 fosse substituído o verbo 'realizar' por 'recomendar'. **Conselheiro Jorge**
253 **Durão** propôs nova redação para o Artigo 15º, que ficaria assim: 'são atribuições dos membros do
254 Conselho'. **Conselheira Neide** observou que o Anexo 2 continha um erro e pediu a correção do
255 período da gestão que seria 2004/2006. **Douglas Martins** sugeriu aos conselheiros que enviassem
256 por correio eletrônico as correções e as emendas à redação do Regimento Interno propostas
257 durante a reunião para que, na reunião seguinte, fosse possível fazer a aprovação formal do
258 Regimento. **Ministra Matilde Ribeiro** salientou a importância da criação de três comissões: uma
259 de temática geral, pertinente à Secretaria; uma do Conselho e uma da Conferência, assim como, a
260 proposta de formação de uma Câmara Técnica com o tema do desenvolvimento sustentável e outra
261 no âmbito das relações internacionais. **João Carlos Nogueira** a orientou a respeito do adiantado
262 da hora e pediu que a discussão a respeito das câmaras e grupos de trabalho se realizasse no dia
263 seguinte juntamente com a discussão a respeito da Conferência. A proposta foi aceita e
264 encerraram-se os trabalhos do dia 10 de maio, sendo sua retomada no dia seguinte, 11 de maio,
265 pela manhã, no mesmo local. **João Carlos Nogueira** abriu os trabalhos informando que na pauta
266 já constavam as alterações acordadas anteriormente com os membros do Conselho, incluindo a
267 estruturação das comissões, dos grupos temáticos e das câmaras e o detalhamento do Regimento
268 Interno do Conselho. Lembrou também que a **Ministra Matilde Ribeiro** chegaria atrasada pois
269 estava cumprindo agenda na abertura do Seminário Internacional da Associação Brasileira de
270 Antropólogos - ABA. Pediu aos conselheiros e conselheiras presentes que fizessem informes a
271 respeito das Conferências que estariam sendo realizada pelo Governo Federal. **Marlise – I**
272 **Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** comentou a respeito da I Conferência
273 Nacional de Políticas para a Mulher que tem como objetivo primeiro a indicação das diretrizes para
274 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Como considerações importantes para ajudar a
275 organizar a Conferência planejada pelo Conselho, colocou a definição da distribuição dos delegados
276 nos Estados como fato que ajuda a minimizar problemas organizacionais. Comentou que a
277 participação de homens no processo da Conferência criou uma polêmica muito grande, porém um
278 dos objetivos da Conferência de Mulheres seria atingir o governo, institucionalizar-se, por isso, a
279 participação masculina tornou-se uma estratégia, visto que possui 50% de representantes do
280 governo e 50% da sociedade civil, incluindo o Movimento Feminista, o Movimento de Mulheres e
281 setores afins. Salientou também a fortíssima presença de mulheres da classe popular na
282 Conferência que trabalham em projetos e programas de inclusão social e geração de renda. **Dirce**
283 colocou como objetivo da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres uma pauta de

284 reivindicações do país de questões construídas na história pelo movimento para que se construísse
285 o diálogo e fosse possível negociar as reivindicações com as diferentes esferas do poder público.
286 **Eduardo – IX Conferência Nacional de Direitos Humanos** enunciou que a IX Conferência
287 Nacional de Direitos Humanos teria caráter deliberativo. Salientou a não existência de um Conselho
288 Nacional de Direitos Humanos, mas sim, o Conselho de Defesa da Pessoa Humana e que
289 pretendem transformá-lo ainda este ano em Conselho Nacional de Direitos Humanos. Divulgou
290 como desafio a identificação do sistema nacional de direitos humanos em relação às suas
291 competências e como espaço de articulação entre os órgãos. Informou que a Conferência Nacional
292 seria realizada nos dias 29 e 30 de junho e 1 e 2 de julho. **Conselheiro Ivair Santos** colocou que
293 o Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos seria uma tentativa de sistematizar as atividades
294 do Ministério da Educação na esfera dos direitos humanos enquanto fomentador de diretrizes
295 curriculares nacionais para as relações étnicas e raciais e para o ensino da história e cultura afro-
296 brasileira e africanas. **João Carlos Nogueira** agradeceu à Secretaria das Mulheres, à Marlise, à
297 Dirce, ao Eduardo e ao Ivair elogiando suas contribuições para a construção da Conferência da
298 Promoção da Igualdade Racial. Dando continuidade à pauta, convidou a Ministra Matilde para
299 integrar a Mesa. **Ministra Matilde Ribeiro** cumprimentou a todos e fez uma breve leitura do
300 Parágrafo 1 do material chamado “Mil mulheres para o Prêmio Nobel da Paz em 2005”, projeto de
301 iniciativa internacional da Fundação de Mulheres Suíças pela Paz, o documento pretende levar mil
302 nomes de mulheres indicadas para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz. Considerou a intenção de
303 estimular os conselheiros e conselheiras a fazerem indicações. Agradeceu aos convites para
304 participar de outras conferências escusou-se devido à grande tarefa que seria organizar a
305 Conferência Nacional de Políticas de Igualdade Racial e pediu que se interrompesse a pauta da
306 reunião para a divulgação da publicação da Organização Internacional do Trabalho que diz respeito
307 às condições de vida das trabalhadoras domésticas coordenado por Creusa. **Conselheira Creusa**
308 **de Oliveira** relatou que o trabalho fora elaborado em Salvador sobre as condições de vida das
309 trabalhadoras domésticas e também no Peru, México, Bolívia, Chile e República Dominicana e fora
310 uma proposta da Confederação Latino-Americana de Trabalhadoras Domésticas. Contou que o
311 trabalho teve início no final dos anos 90 com trabalhadoras domésticas adultas e adolescentes.
312 Comentou sobre as dificuldades de realização da pesquisa visto que o local de trabalho das
313 trabalhadoras domésticas é de difícil acesso, também comentou a existência do trabalho infanto-
314 juvenil que colocaria em situação de risco, fora das escolas e do convívio familiar meio milhão de
315 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos. Relatou a experiência de trabalho realizado na Bahia
316 chamado Trabalho Doméstico Cidadão que pretendia resgatar a auto-estima, formar lideranças e
317 novas dirigentes. Encerrou agradecendo à Ministra, à OIT e a todos os presentes. Sr. **Antônio**
318 **Alberico, do Ministério do Trabalho e Emprego**, saudou a todos e reiterou as palavras de
319 Creusa, comentando sobre a necessidade de se promover políticas integradas para efetivamente

320 modificar as condições de vida das trabalhadoras domésticas. Exemplificou que seria necessário
321 tratar de questões da saúde da mulher, dos direitos humanos, da moradia e de condições dignas
322 de trabalho. Afirmou que o trabalho doméstico seria uma profissão e como profissão teria direito à
323 carteira assinada, qualificação, regulamentação e um conjunto de regras que garantisse dignidade
324 às trabalhadoras. Terminou agradecendo a todos. Sra. **Beatriz Cunha, da Organização**
325 **Internacional do Trabalho**, agradeceu a oportunidade de estar presente no lançamento da
326 publicação. Apresentou-o como resultado de uma parceria estabelecida há três anos que produziu
327 resultados concretos ao trazer para a sociedade brasileira a questão do trabalho infantil doméstico
328 e a oportunidade de elaborar uma estratégia de intervenção integrada entre governo, sociedade
329 civil, sindicatos e ONGs. Chamou a atenção para o fato de a OIT levar esta discussão ao âmbito da
330 Conferência Internacional do Trabalho em Genebra. Ressaltou que as pesquisas demonstram que o
331 trabalho doméstico emprega o maior número de mulheres e que a relação perversa entre trabalho
332 infantil doméstico e a futura inserção no mercado de trabalho contribui para a perpetuação da
333 pobreza. Concluiu agradecendo a oportunidade de participar do evento e de prosseguir esta
334 discussão. **Ministra Matilde Ribeiro** sugeriu que duas voluntárias da sociedade civil se
335 manifestassem para avançar na elaboração do projeto. **Conselheira Lúcia Xavier** lembrou que
336 esta iniciativa seria fundamental pois não seria mais possível ignorar a falta da carteira assinada
337 para a profissão e dos direitos trabalhistas. Considerou como um dos papéis fundamentais de
338 qualquer governo garantir o exercício dos direitos preconizadas na constituição. **Conselheiro**
339 **Eduardo de Oliveira** colocou que com o avanço da mulher nas iniciativas houve um esvaziamento
340 na área doméstica que acabou sendo suprido pela trabalhadora doméstica que tem realmente um
341 grande valor na sociedade. **Ministra Matilde Ribeiro** esclareceu que o programa, originalmente
342 uma formulação da OIT, desde o ano passado estaria sendo desenvolvido em conjunto com dez
343 Ministérios, sendo a Secretaria coordenadora da ação, tendo sido lançado em outubro de 2003 em
344 um fórum promovido pela OIT, quando os dez Ministérios assinaram o termo de compromisso.
345 Convocou os componentes do Conselho para incorporarem a ação em parceria entre o governo e a
346 sociedade civil. **João Carlos Nogueira** retomou a pauta para dar continuidade à discussão sobre a
347 estruturação do Regimento Interno, apresentando uma proposta de concepção de estruturação das
348 comissões para as quais sugeriu: uma comissão especial temática de relatoria, uma comissão
349 especial de comunicação, uma comissão de articulação e mobilização, uma comissão especial de
350 infra-estrutura e uma comissão especial de regimento e regulamento. Lembrou a todos que a
351 estrutura de organização interna do Conselho prevê as comissões, os grupos temáticos e as
352 câmaras técnicas que foram sugeridas pelo Conselho e pela Ministra apesar de não constarem no
353 Regimento Interno. Apresentou como proposta inicial da Ministra Matilde Ribeiro a conformação de
354 três câmaras técnicas: uma relativa ao tema da igualdade racial, uma para o desenvolvimento
355 econômico e uma das relações internacionais. **Ministra Matilde Ribeiro** esclareceu que as

356 câmaras técnicas seriam espaços de elaboração e formulação teórica e política e sugeriu três
357 câmaras técnicas, cada uma delas com um eixo substancial para a estruturação do pensamento
358 conjunto entre a sociedade civil e governo no Conselho. Colocou seu entendimento a respeito dos
359 grupos de trabalho como sendo de ação imediata e não de elaboração teórico-política, ao contrário
360 das câmaras, sugeriu, então, um grupo de trabalho para elaboração do planejamento do Conselho
361 e um para elaborar uma reflexão sobre a relação entre sociedade civil e governo dentro do
362 Conselho, ressaltando que esta seria a sua proposta individual e colocando-a em discussão e
363 votação dos conselheiros e conselheiros presentes. **Conselheiro Kabengele Munanga**
364 evidenciou a importância das comissões e sugeriu que dentro destas poderiam ser criadas
365 subcomissões nas quais poder-se-ia realizar os trabalhos das câmaras técnicas e dos grupos de
366 trabalhos sendo necessário anteriormente o conteúdo de sobre cada a comissão. **Conselheira**
367 **Lídia Cunha** propôs que as câmaras técnicas tivessem seu nome transformado em comissão já
368 que ambas apresentariam temas bastante amplos e dentro destas comissões estariam os grupos de
369 trabalho. **Conselheira Lúcia Xavier** sugeriu então que se criassem quatro comissões: uma de
370 planejamento monitoramento e acompanhamento das comissões, uma da Conferência Nacional,
371 uma de promoção da igualdade racial e uma do desenvolvimento econômico. Esta proposta foi
372 aceita por todos os membros do Conselho e ratificada pela Ministra Matilde Ribeiro em breve
373 acordo. **Conselheira Leci Brandão** reafirmou seu orgulho de estar junto a pessoas tão
374 inteligentes e sensíveis. Relatou sua experiência como música e o preconceito sofrido na mídia e
375 nas gravadoras devido à sua postura política e social, dispôs-se a levar as discussões do Conselho
376 para conhecimento de seu público e encerrou agradecendo à Secretaria e à Ministra Matilde Ribeiro
377 por a terem convidado a participar do Conselho. **João Carlos Nogueira** então deu início ao
378 terceiro ponto de pauta: composição das comissões. Estando a Ministra no Rio de Janeiro,
379 cumprindo agenda, a Secretária-adjunta Maria Inês a substituiu para coordenar as discussões da
380 composição das comissões. Após breve momento em que os conselheiros se manifestaram e
381 fizeram indicações, decidiu-se pela composição das três comissões na seguinte forma: Comissão de
382 Promoção da Igualdade Racial composta por: Agentes da Pastoral de Negros (APN); Associação
383 Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); Associação de Preservação da Cultura Cigana;
384 Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ); Confederação Israelita do Brasil (CONIB);
385 Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB); Instituto de Tradição e Cultura Afro-brasileira (INTCAB);
386 Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Warã – Instituto Indígena
387 Brasileiro; Fundação Cultural Palmares; Ministério do Trabalho e Emprego ainda constaram as
388 seguintes sugestões para compor a Comissão: Ministério da Educação; Ministério da Cultura;
389 Ministério da Justiça; Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as
390 Mulheres. Comissão de Desenvolvimento Econômico composta por: Associação Brasileira de Rádio e
391 Televisão (ABERT); Associação Brasileira de ONGs (ABONG); Associação Nacional de Empresários e

392 Empreendedores Afro-brasileiros (ANCEABRA); Instituto Ethos; Instituto Sindical pela Promoção da
393 Igualdade Racial (INSPIR); Ministério do Meio Ambiente ainda constaram as seguintes sugestões
394 para compor a Comissão: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Previdência Social e
395 Ministério da Ciência e Tecnologia. ³Comissão de Planejamento, Avaliação e Monitoramento
396 composta por: Articulação de Organizações de Mulheres Negras; Coordenação Nacional de
397 Entidades Negras (CONEN); Fórum Nacional de Mulheres Negras; Ministério da Saúde e Ministério
398 do Planejamento. **João Carlos Nogueira** deu, então, por encerrada esta parte da reunião,
399 alertando aos membros da Comissão de Planejamento que teriam que apresentar, com
400 antecedência, para a próxima reunião, uma agenda de trabalho. Iniciou o quarto ponto de pauta, a
401 I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, referindo-se ao cenário eleitoral em que
402 esta aconteceria e que traria implicações diretas no processo de mobilização necessário para a
403 realização das atividades de articulação nacional. Refletiu que o processo da Conferência deveria
404 ter início em maio de 2004, e estender-se-ia até maio de 2005 pois neste período o processo das
405 eleições estaria concluído. Sugeriu, então, que o lançamento da Conferência Nacional fosse no dia
406 27 de maio durante o Fórum Intergovernamental com a presença de prefeitos, dos quatro estados
407 e dos vinte e dois municípios, assim como, dos ministérios que fazem parte do Conselho, da
408 Secretaria Geral da Presidência, do Subsecretário de Assuntos Federativos, do Ministro Aldo Rabelo
409 e da Ministra Matilde Ribeiro momento em que se estabeleceria um calendário mínimo para o ano
410 de 2004 . Comentou que se as conferências se realizassem no período de maio a junho em seis,
411 sete ou oito Estados haveria grande chance de haver um processo de conferências efetivo e
412 participativo nacionalmente, fortalecendo assim, os instrumentos no executivo dos municípios.
413 **Conselheiro Ronald** propôs que se mudasse o nome das realizações estaduais e municipais para
414 congressos, seminários, pré-conferências para que se desse maior conotação à Conferência
415 Nacional em maio de 2005. **Conselheiro Valcler Fernandes** sugeriu que no texto apresentado
416 em *Power Point* se retirasse o trecho 'respeitando a proporcionalidade de gênero' e questionou a
417 respeito da proporcionalidade territorial. **Conselheira Eunice** sugeriu que na Justificativa fossem
418 apresentados dados estatísticos concretos para justificar a razão da conferência além de também
419 mostrar a história do movimento. **Conselheira Lilian** expressou seu temor de que se caísse na
420 burocracia, nos códigos e nos regulamentos, esfriando a emoção e a indignação necessárias e
421 sugeriu que especialistas trabalhassem o texto de forma a motivar a participação de todos.
422 **Conselheiro Jorge Durão** enfocou que as estratégias deveriam estar claras para que se
423 compreendesse a apresentação e a justificativa porque 'indicativos para política' seria uma
424 estratégia e 'fazer um debate amplo com a sociedade' outra. **Conselheira Lúcia Xavier**
425 considerou a oportunidade de que a proposta inicial de lema se tornasse tema e que se construísse,
426 de fato, uma política de igualdade. Disse que a idéia de fóruns locais e regionais não permitiria a
427 participação dos órgãos públicos pois requer a sensibilização destes setores, que seria importante

428 porque a maioria não teria nem uma política de promoção da igualdade racial, nem política de
429 combate ao racismo e que possivelmente enviariam órgãos de políticas sociais para fazer parte das
430 ações. Comentou que no mês de junho seria impossível iniciar o processo das conferências devido
431 ao fato de os estados estariam mobilizados para a Conferência da Mulher e para a Conferência de
432 Direitos Humanos. **Conselheira não identificada** comentou que a Conferência deste Conselho e
433 a Conferência de Direitos Humanos talvez fossem as mais importantes de todas e que deveriam ser
434 um instrumento forte de mobilização da sociedade. **Conselheiro não identificado** sugeriu que o
435 lançamento da Conferência acontecesse em uma data simbólica e marcante como seria o caso do
436 dia 20 de novembro, os trabalhos se acelerariam de novembro de 2004 a maio de 2005.
437 **Conselheiro Valcler Fernandes** sugeriu que se discutisse uma pauta com fundamentação
438 política e que se produzissem diretrizes para a Conferência. Incitou que se deflagrasse o processo
439 em todos segmentos, mesmo aqueles que ainda não conseguissem se enxergar dentro do processo
440 se mobilizassem para evitar uma mobilização apenas burocrática. **Douglas Martins** lembrou que
441 não haveria mais tempo de discussão e pediu que os conselheiros refletissem sobre a inclusão ou
442 não no plenário da Conferência a seguinte proposta: a Convenção Internacional sobre Eliminação
443 de Todas as Formas de Discriminação Racial teria uma cláusula, obrigando aos Estados
444 apresentarem relatórios periódicos ao alto comissariado da ONU, propôs então que este relatório
445 fosse feito durante a Conferência pela sociedade civil. **João Carlos Nogueira** sugeriu que se
446 encerrasse a reunião em vista de que não havia uma direção política e filosófica definida e que esta
447 discussão poderia ser realizada em uma próxima reunião do grupo para que se apontassem os
448 caminhos da Conferência. **Marcos Cardoso** deu a sugestão de que se lançasse a Conferência no
449 dia 27 seguida de seu decreto, da publicação do regimento, pois em seu entendimento, não
450 prejudicaria o processo de mobilização e de construção das conferências. Salientou que, na
451 próxima reunião do Conselho, com este documento já elaborado se poderia aprofundar o debate
452 para o estabelecimento dos objetivos e das estratégias da Conferência do Conselho. **Conselheiro**
453 **Valcler** concordou com o lançamento da conferência no dia 27 e propôs que o decreto fosse o
454 mais aberto possível para que, na próxima reunião, se pudesse trabalhar melhor o documento.
455 **Conselheira Lúcia Xavier** considerou que se a Conferência Nacional seria lançada no dia 27,
456 seguindo-se a sugestão de um decreto aberto então não haveria mais necessidade de uma
457 comissão específica para a conferência e se chegaria a um consenso de interesse de todos os
458 grupos representados no conselho na próxima reunião e em que seria construído o regimento o
459 mais aproximado da realidade. **João Carlos Nogueira** insistiu para que se mantivesse a Comissão
460 da Conferência porque esta reunião deveria acontecer imediatamente na próxima semana.
461 Salientou a importância de se marcar a data da próxima Reunião Ordinária do Conselho e da
462 reunião da comissão na semana seguinte. Colocou em votação a proposta de Douglas de que a
463 comissão responsável pela Conferência seria a Comissão de Planejamento, Avaliação e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

2ª Reunião Extraordinária

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

Data: 16/ 09/ 2009

Local: Auditório- Subsolo- Bloco A

Esplanada dos Ministérios - Brasília - DF

Pauta

- 10:00h Solenidade de Lançamento do Comitê de Articulação e Monitoramento do PLANAPIR**
- **Coordenação:** Excelentíssimo Senhor Edson Santos - Ministro de Estado Chefe da SEPPIR
 - **Apresentação** da síntese do Planapir e do Comitê de Articulação e Monitoramento do Planapir - CAM : Dr. Eloi Ferreira de Araújo- Secretário- Adjunto
 - **Instauração do CAM**
- 12:00 h Almoço**
- 14: 30 h Estatuto da Igualdade Racial - Informes do PL 6264/2005**
- **Abertura:** Excelentíssimo Senhor Edson Santos- Ministro de Estado Chefe da SEPPIR.
 - **Apresentação:** Benedito Cintra e Ernesto Filho - Assessoria Parlamentar
 - **Debate**
 - **Coordenação:** Dr. Eloi Ferreira de Araújo- Secretário- Adjunto
- 17: 00 h Proposta de Jornada Nacional- EIR**
- **Apresentação:** Cleide Hilda de Lima Souza- – Conselheira/CNPIR
- 18: 00 h Encaminhamentos**
- 18: 30 h Encerramento**



2ª Reunião Extraordinária

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

Data: 17/ 09/ 2009

Local: Auditório- Térreo- Bloco B- - Ministério da Cultura

- Esplanada dos Ministérios- Brasília- DF

Pauta

09:30h Reunião das Comissões Permanentes do CNPIR

12:00 h Almoço

14: 00 h Relato das Comissões

15:00 h Balanço da II CONAPIR

- Apresentação: **Manuela Pinho de Azevedo Souza** - Subsecretária de Planejamento

15:45 h Informes

- Ouvidoria (Caso de Osasco e RS) - **Humberto Adami** – Ouvidor
- Assessoria Internacional (Agenda)
- Assessoria Parlamentar – PL de Cotas – **Benedito Cintra**

16:30 h Intervalo

17:00 Informes Gerais

17:30 h Encaminhamentos

18:00 h Encerramento